



## A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DA PARAHYBA: SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

**Doralice Sátyro Maia\***

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB**  
[doramaia@ccen.ufpb.br](mailto:doramaia@ccen.ufpb.br)

**Henrique Elias Pessoa Gutierrez\*\***

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB**  
[hepg86@hotmail.com](mailto:hepg86@hotmail.com)

**Maria Simone Morais Soares\*\*\***

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB**  
[msimonems@yahoo.com.br](mailto:msimonems@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Durante o século XIX, as cidades brasileiras são marcadas por transformações em sua estrutura ocasionadas pelas idéias de modernidade que passaram a definir uma nova forma de ordenação do espaço urbano. É a chegada dos tempos modernos que se inicia no século XIX e se consolida no início do XX. A implantação desses novos equipamentos e serviços públicos visava solucionar os múltiplos problemas que afligiam às cidades. Partindo desse entendimento, o presente estudo tem por objetivo averiguar o processo de iluminação pública da Cidade da Parahyba, atual João Pessoa – PB, durante o século XIX e início do XX. E ainda analisar a forma e os meios em que foi implantado esse tipo de serviço, bem como as transformações que ele provocou no cotidiano da população desta cidade

**PALAVRAS-CHAVE:** Iluminação pública – Cidade da Parahyba – Século XIX e início do século XX.

**ABSTRACT:** During the nineteenth century, the Brazilian cities are marked by changes in its structure caused by the ideas of modernity that came to define a new way of ordering of urban space. It is the arrival of modern times that begins in the nineteenth century and is consolidated at the beginning of the twentieth century. The deployment of new equipment and services aimed at solving the many problems that afflict the cities. On this understanding, this study aims to examine the process of lighting the City of Parahyba, current João Pessoa – PB, during the nineteenth century and beginning of the century. And also

---

\* Pós-Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona – Espanha; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2; Professora do Curso de Graduação em Geografia e de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN e Arquitetura (PPGAU) do Centro de Tecnologia – CT (UFPB)

\*\* Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

\*\*\* Bolsista PIBIC/CNPq; graduanda em Arquitetura e Urbanismo. Esse estudo é resultado do Projeto: “A rua e a cidade: geografia histórica, morfologia urbana e cotidiano” do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica – PIVIC/UFPB.

to discuss ways and means by which it was deployed this type of service, and the transformations it has caused in the daily life of people of this city.

**KEYWORDS:** Public lighting – City Parahyba – Nineteenth century and beginning of the twentieth century.

O presente estudo tem por objetivo averiguar o processo de iluminação pública da Cidade da Parahyba, atual João Pessoa – PB, durante o século XIX e início do XX. Propomos-nos ainda, analisar a forma e os meios em que foi implantado este serviço, bem como as transformações que ele provocou no cotidiano da população da referida cidade. Esta análise está inserida na pesquisa “A Rua na Cidade Histórica: Geografia Histórica, cotidiano e morfologia urbana” que tem por objetivo analisar as transformações espaço-temporais das ruas da Cidade Histórica da Cidade da Parahyba, como também os processos, equipamentos e serviços que transformaram a forma do espaço urbano e alteraram o cotidiano de seus cidadãos durante o século XIX e início do XX. Entende-se como Cidade Histórica o perímetro antigo da Cidade de João Pessoa – PB e suas áreas de expansão imediata, que devido a sua topografia se convencionou chamar de Cidade Alta e Cidade Baixa, desenvolvendo-se até o início do século XX.

Sabe-se, que o século XIX no Brasil foi marcado por dois eventos que resultariam no enaltecimento de novos valores: a Instalação da Família Real no Brasil (1808) e a Proclamação da República (1889). Esses acontecimentos provocaram mudanças na estrutura das cidades brasileiras. Tais mudanças seriam decorrentes do pensamento de modernizar um país que era assolado por problemas decorrentes de um precário estado sanitário (falta de tratamento dos esgotos, água para consumo humano, lixo, epidemias, etc.), como também pela precariedade de equipamentos e serviços urbanos, como era o caso da iluminação pública. Para a elite nacional o país precisava urgentemente de ações que proporcionassem a melhoria de vida da população, mas que na maioria das vezes seriam desfrutadas por poucas.

No que se refere à iluminação pública, esta passou a ser um dos grandes símbolos da modernidade para o país, sua implantação se deu a partir de diferentes tecnologias e provocou mudanças no cotidiano dos cidadãos e transformações na organização do espaço urbano. Nas cidades brasileiras do século XIX e início do século XX, a implementação do serviço de iluminação pública ocorria de forma lenta, de

acordo com a importância econômica da cidade e posterior aos grandes centros urbanos da época, como Londres e Paris.

Na Cidade da Parahyba, a iluminação pública durante todo o século XIX se caracterizou por um serviço precário e ineficiente, à medida que os documentos mostram a dificuldade que era para se instalar e manter o mesmo. A justificativa para tal ineficiência do sistema era sempre a falta de verbas destinadas a ele, já que as tecnologias utilizadas, a princípio a queima de azeite de mamona e de óleo de peixe e posteriormente a queima de gás, apresentavam elevados custos. Sendo assim, esta cidade oscilava em períodos “claros” e “escuras”, como também somente as principais ruas eram iluminadas. Ao adentrar o século XX, mais especificamente em 1912, é inaugurada a iluminação elétrica nessa cidade, que durante as primeiras décadas após sua implantação também não se apresentou muito eficiente à medida que não beneficiava toda a cidade.

## **A ILUMINAÇÃO NA CIDADE DA PARAHYBA NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**

O processo de iluminação pública nas cidades brasileiras é fruto das medidas tomadas a partir do século XIX visando a modernização do espaço urbano, que estava ligado a um conjunto de implementações que buscavam a melhoria do aspecto da cidade, bem como a salubridade ambiental. Trata-se da chegada dos tempos modernos, que se caracterizavam “pela crença indestrutível na idéia de progresso e pela oposição irresoluta à tradição”.<sup>1</sup> Em relação às cidades, o progresso representava o ordenamento do espaço urbano e a implantação de serviços e equipamentos objetivando a qualidade de vida da população, e ainda o embelezamento urbano. Isso previa também uma oposição à tradição, ou seja, a todo o passado de aspecto colonial que era tido como atraso.

A iluminação pública representava então um ideal do progresso, portanto, algo almejado pelos administradores e pelos habitantes da cidade. Assim, durante todo o século XIX e início do século XX, esse serviço urbano deu-se de várias maneiras nas cidades brasileiras, numa sucessão de diferentes tecnologias que ia desde a utilização da

---

<sup>1</sup> SANTOS, Francisco Coelho dos. O acaso das origens e o acaso das finalidades. In: NASCIMENTO, Maria Regina do; TORRESINI, Elizabeth. (Orgs.). **Modernidade e Urbanização no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 21-29. v. 1.

queima de óleos (óleo de mamona e de peixes) e de gás até culminar com a energia elétrica. Vale salientar que os diferentes tipos de iluminação pública provocaram grandes transformações no cotidiano da população destas cidades que aos poucos vão ganhando a possibilidade de terem uma vida noturna, deste modo se afastando da “escuridão” dos séculos anteriores, quando a iluminação pública era quase inexistente. A implantação desse serviço urbano dava-se de forma lenta, de acordo com a importância econômica que a cidade tinha, e ocorria também posteriormente a outros centros urbanos de maior destaque, a exemplo de Paris e Londres.

Muitas cidades brasileiras adentram o século XIX muito carente de iluminação pública. Nas ruas, os únicos pontos de luz permanente estavam ligados por motivo religioso, portanto próximo das igrejas e conventos. Alguns edifícios públicos também eram iluminados. Desse modo, podemos afirmar que a população apresentava somente hábitos diurnos. A iluminação da cidade à noite só parecia eficiente nas noites de lua cheia e em ocasiões de festas. Isso pode ser constatado pela imagem abaixo, que evidencia a ausência de iluminação nas ruas.



**Figura 01** – Trecho da Rua Direita, atual Duque Caxias, 1871.

**Fonte:** RODRIGUES, Walfredo. **2 séculos da Cidade** – Passeio Retrospectivo (1870-1930). João Pessoa: Gráfica da Interplan, s/d.

Estes fatos não eram diferentes na Cidade da Parahyba, que até o ano de 1822, data das primeiras notícias sobre iluminação pública nesta cidade, a presença permanente de lampiões se fazia na frente de prédios públicos, a exemplo do Palácio do Governo Provincial e quartéis, e nas igrejas e conventos. Este fato demonstra como eram poucos os lampiões permanentes nesta Cidade e possibilita entender o quanto era mínima a sua vida noturna, que segundo Vidal Filho, “estava limitada ao badalar dos sinos da igreja que ocorriam às 21 horas e era o momento em que todos deveriam se recolher”.<sup>2</sup>

Sobre a primeira instalação de iluminação pública em 1822, Coelho Filho<sup>3</sup> acrescenta que esta iniciativa partiu do Governador que mandou instalar vinte lampiões na Cidade Alta alimentados a azeite de mamona, representando um notável progresso para a época.

A mamona é conhecida no Brasil por diversas denominações, como: rícino, carrapateira, bafureira, baga e palma-criste. A mamoneira é caracterizada como xerófila (planta adaptada às condições secas) e heliófila (planta que necessita de muita luz), tendo como provável origem a Ásia e encontrando condições naturais favoráveis no Nordeste brasileiro. Foi introduzida no Brasil durante a colonização portuguesa por ocasião da vinda dos escravos africanos. O uso de azeite de mamona, bem como de óleos de peixe, era a tecnologia empregada nas primeiras iluminações públicas das cidades brasileiras. Essa prática podia ser verificada, por exemplo, no Rio de Janeiro, cujo processo de iluminação pública data desde o século XVIII e é intensificado no início do século XIX, devido à vinda da família real em 1808. Nesse momento:

A Intendência de Polícia providenciou a instalação de iluminação em diversas ruas da cidade para evitar a escuridão, tida como propícia à proliferação de marginais. Foram instalados, a cada 100 passos de distância, lampiões sobre colunas de pedra e cal no trajeto do coche de D.João em direção à Quinta da Boa Vista.<sup>4</sup>

A instalação do primeiro serviço somente em 1822 na Cidade da Parahyba, por demasia incipiente, comparado ao Rio de Janeiro, revela o atraso que esse serviço

---

<sup>2</sup> VIDAL FILHO, F. Nossa Capital em 1850. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, João Pessoa, p.133-138, n. 13, 1958.

<sup>3</sup> COELHO FILHO, J. Santos. A iluminação Pública na Capital Paraibana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, João Pessoa, p.95-107, nº. 12, 1953.

<sup>4</sup> SILVA, Lourenço Lustosa Fróes da. **Iluminação Pública no Brasil: Aspectos Energéticos e Institucionais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ocorreu. Segundo Maia, “esse atraso se deu devido ao lento processo de urbanização pelo qual passou esta cidade durante esse período”.<sup>5</sup> Não somente o serviço de iluminação pública, mas também outros serviços, como o abastecimento d’água e o esgotamento sanitário, aconteciam tempos depois de quando ocorriam nos grandes centros urbanos brasileiros do período, como era o caso da cidade do Rio de Janeiro.

Embora tenha tido esta instalação insipiente em 1822, somente em 1829, segundo Paes, “foi elaborado o primeiro documento sobre a iluminação pública na Cidade da Parahyba”,<sup>6</sup> que segue descrito:

Ilmo. Exmo. Sr. Gabriel Getúlio de Mendonça  
Sendo presente Sua Majestade Imperial o ofício de V.Ex<sup>a</sup>. de 21 de março ultimo em que mostrando a escassez dos meios applicados nessa Província para a iluminação ao menos da sua Capital, pede V.Ex<sup>a</sup>. de acordo com o conselho do Governo, ser autorizado a deduzir da oitava parte das sobras das rendas da Província a quantia precisa para estabelecer e manter a iluminação em toda a cidade Alta e Baixa: Há o mesmo Augusto Senhor por bem conceder a autorização que V.Ex<sup>a</sup>. solicitou para pôr em pratica o que em seu dito lembra sobre aquele objeto.  
Deus Guarde a V.Ex<sup>a</sup>. Palácio do Rio de Janeiro em 2 de maio de 1829  
José Clemente Pereira.<sup>7</sup>

O documento comprova um esforço por parte do governo provincial de estabelecer a iluminação na Cidade da Parahyba, deixando a oitava parte das sobras das rendas provinciais para este fim. Essa Iluminação de 1829 constou de 50 (cinquenta) lampiões a azeite de mamona, contratada pela quantia de 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis) com o Sr. Antonio Henrique do Carmo.

Embora tenha sido verificado o esforço em se estabelecer em 1929 essa iluminação, o relatório apresentado pelos presidentes da província de 1838 revela o péssimo estado em que se encontrava esse serviço:

A nossa illuminação é hu pouco deiffeituosa e por isso não preenxe bem ofim para que foi es tabelecida. Os lampiões, alem de serem póstos sôbre estacas de madeira, que sempre se deteriorarão, não conservão o pllano necessário, não guardam entre si hua distância proporcional, e rasoável. Será pois necessário que na Lei de Orçamento destineis alguma quota, não só para augmentar o número delles, como para se construiem pilares de pedra, e cal, nos lugares

<sup>5</sup> MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade:** permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa – PB. Tese. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

<sup>6</sup> PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do Azeite de Mamona à Eletricidade Anotações para uma História da Energia Elétrica na Paraíba.** 2 ed. João Pessoa: Editora Rivaissa, 1994.

<sup>7</sup> Arquivo da Assembléia Legislativa, **Aviso Imperial 02 de maio de 1829.**

onde não houverem cazas, a fim de os segurar; Sendo a ocasião competente para lembrar-vos qua a quantia de 2:500 rs, que marcastes para gastos da illuminação, a penas chegou para nove meses; e o governo vio-se na precisão de lançar mão de outras quotas que senão gastarão, como está para isto aithorizado.<sup>8</sup>

O documento acima demonstra além da precariedade da iluminação pública da Cidade da Parahyba, em 1838, a maneira como esse serviço era efetuado. Nota-se que a fixação dos lampiões era feita em estacas de madeira fixas nas fachadas das casas, assim, não havia postes para este fim, porém já se verificava a necessidade deles à medida que estes permitiriam a instalação de iluminação onde não havia casas, por exemplo nas praças e jardins. Neste trecho do documento nota-se ainda um aspecto que vai se repetir durante todo o século XIX e início do século XX, o discurso de deficiência financeira para a implantação desse serviço que se mostrava bastante oneroso para os cofres públicos.

A pesquisa documental comprova que até 1850 nada mudou em relação à iluminação pública da Capital paraibana. Neste ano, existiam apenas onze dos cinquenta lampiões instalados em 1829, alimentados a azeite de mamona, chamados também de azeite de carrapato. O trecho do documento abaixo evidencia este fato:

Sabeis que não temos illuminação propriamente dita, o que em verdade é huma falta, muito sensível n'esta Capital, a qual Vós podeis remediar! Achei em toda a Cidade apenas 11 lampiões. Conhecendo que eram insufficientes mandei preparar mais sete, que julguei indispensável; hum para a frente do palácio, hum para a retaguarda, hum no ângulo do Lyceo, em frente á rua e travessa desse nome, 1 na quintanda nova, 1 na guarda da Cadeia, e dois na Administração de Rendas.<sup>9</sup>

Nota-se então que em 1850 a iluminação da Cidade da Parahyba era muito deficiente e que continuava como nos primórdios quando esta ocorria principalmente em frente aos prédios públicos no caso, o Palácio, O Lyceu, a Cadeia e o prédio da administração das Rendas. A precariedade desse serviço, bem como a falta de verbas para sua manutenção fez com que ele fosse suspenso em 1856:

Tendo-se terminado em 30 de abril ultimo o contracto que existia para a illuminação publica d'esta Cidade, e apresentado os pretendentes preços demasiadamente elevados, que nenhuma proporção guardavão com o serviço que prestava a illuminação, que era péssima, resolvi

---

<sup>8</sup> Relatório dos presidentes da província da Parahyba, 16 de janeiro de 1839

<sup>9</sup> Relatório dos presidentes da província da Parahyba, 02 de agosto de 1850.

suspender por algum tempo este serviço, com exceção dos lampiões do Palácio, Quartéis e Cadêa.<sup>10</sup>

Após a suspensão desse serviço a iluminação pública da Cidade da Parahyba ficou restrita somente a alguns edifícios públicos, como era o caso do Palácio, Quartel e Cadeia. Depois desta decisão, a Cidade era somente iluminada em momentos importantes, como era o caso de festas tradicionais, a exemplo da Festa das Neves, como mostra o trecho retirado do Jornal “o Tempo” de 1865:

Sabbado da semana passada ao saber-se do desenlace do sitio de Uruguayana, ás 11 horas da noite, partiu da rua Nova, onde achava-se grande concurso de pessoas assistindo os festejos das Neves, um crescido numero de cidadãos, que percorerão algumas ruas da cidade, com uma musica á frente, dando vivas á nação, á S. M. o imperador, exercito,etc.

Hoje e amanhã iluminar-se-há a cidade em signal de regozijo por igual motivo, havendo amanhã outro te-deum na Igreja do Carmo.<sup>11</sup>

Durante toda essa primeira metade do século XIX, a cidade da Parahyba, por falta de verbas, apresentou períodos “claros” e “escuros”. Só se veio falar novamente em uma implantação de um novo sistema de iluminação, agora mais moderno, pois se tratava da iluminação a gás, em 1868. Este sistema já havia sido implantado em outras capitais brasileiras, como Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. O Relatório do Presidente da Província da Parahyba de 1868 demonstra a intenção de implantação do sistema de iluminação a gás nessa cidade, e ainda mostra um discurso colocando a iluminação pública como importante para o embelezamento da cidade a segurança da população:

Desde o anno de 1856 acha-se privada esta cidade do beneficio da illuminação pública. E’ uma falta assaz sensível! Quando, em outras províncias, cidades de menor importância gozão de tal beneficio é para lastimar que essa capital tenha sido privada delle.

A illuminação pública não se presta somente á belleza e aformoseamento, ella é também uma garantia da segurança individual e de propriedade por ser inimiga das trevas, onde ordinariamente se azyla o crime.

Muito disposto estava eu para dotar a capital de tal melhoramento; mas as forças do orçamento não me permitiram realizar esse desejo.

A Assembléia Provincial para esse serviço votou apaenas a quantia de .....20:000\$00rs., que é muito exígua para se poder contratar a illuminação ágaz, única que se deve preferir.

O Dr. Cypriano Fenelon Guedes Alcoforado em uma carta que me escreveu propoz-se a caontractl-a, e para isso aceita as mesmas bases,

<sup>10</sup> Relatórios dos presidentes da província da Parahyba, 05 de agosto de 1856.

<sup>11</sup> **O TEMPO**, 16 de outubro de 1865.



por que contractaram outras cidades, como Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro.

Menciono o nome d'esse cidadão para que V. Exc. d'elle se possa lembrar quando por ventura queira occupar-se do referido melhoramento.<sup>12</sup>

Desse modo, no ano seguinte, mais especificamente em 09 de março de 1869, foi lançada uma proposta por Zozimo Barroso, Willian Richard e Antonio Gonçalves Justa Araújo e demais sócios para o fornecimento de água potável e a iluminação da Cidade da Parahyba. O documento de contrato previa um número de combustores não menor que 400 e previa 27 réis por hora para cada lampião, que funcionaria durante 9 horas, começando das seis e meia da tarde e terminando às três e meia da manhã, todos os dias do ano. O perímetro da cidade que previa ser beneficiado era:

A iluminação abrangerá o seguinte perimetro da Cidade: Rua do Zumbi, largo do Varadouro, rua da Gameleira, largo da Cadeia, rua do Palacio, rua de Jaguaribe, da Thesouraria, Mãe dos homens, do Tambiá, da Aurora, largo de S. Francisco, a travessa do Tanque, e largo de S.Frei Pedro Gonsalves até as do Varadouro; competindo ao Presidente da Provincia determinar as distancias em que os combustores deverão ser collocados nas ruas e praças, sem que se um a outro a distancia exceda a 150 palmas.<sup>13</sup>

Porém, esse contrato foi desfeito. Pois as modificações constantes da lei nº 340 de 11 de dezembro de 1860, previa modificações sobre o contrato. Tais modificações não foram aceitas pelos contratantes, ficando deste modo a Cidade da Parahyba novamente às escuras.

Tão somente em 1885, é que foi contratado por definitivo o serviço de iluminação pública. A cidade passou a ter lâmpões alimentados por querosene, por conta de um contrato firmado entre o Governo Provincial e o Cel. José Ferreira Neves Bahia, o qual prestava tal serviço. O contrato previa os seguintes termos:

- 1º – A iluminação abrangerá o perímetro da Cidade, que for designado pelo Presidente da Província, o qual determinará os logares e as distancia em que os combustores deverão ser collocados.
- 2º – O numero de combustores será de duzentos (200)
- 3º – Será utilizado o Kerozene, podendo ser substituído pelo gaz hydrogenio carbonado, ou por outro systema mais aperfeiçoado, quando a Assembléia Provincial conceder os meios necessários para a despeza.
- 4º – Os combustores estarão accêsos durante nove horas, sem interrupção, a contar de meia hora depois do sol posto, exceptuando as

<sup>12</sup> Relatório dos presidentes da província da Parahyba, 01 de novembro de 1868.

<sup>13</sup> Relatório do Presidente da província, 09 de abril de 1860.

noites de luar, não se compreendendo n'esta excepção as noites de chuva, nem a parte da noite anterior ao apparecimento da lua. [...].<sup>14</sup>

O documento comprova que a instalação desse serviço à base de querosene foi uma forma de diminuição de gastos, à medida que sistemas mais aperfeiçoados, como os que utilizavam o “gás hydrogênio Carbonado”, bastante usado em outras cidades, se mostrava mais dispendioso aos cofres públicos. A instalação previa um número de duzentos combustores abrangendo o perímetro designado pelo presidente da província, que também determinaria as distâncias entre os pontos onde deveriam ser colocados os mesmos.

O que se pode afirmar, a partir da análise dos documentos coletados, é que durante todo o século XIX, o sistema de iluminação pública da Cidade da Parahyba mostrou-se ineficiente. Este era um serviço demasiadamente caro, como evidenciam os relatórios dos presidentes da província, portanto muitas vezes teve que ser excluído das despesas oficiais. Apesar disso, mesmo com o sistema de gás ineficiente, em fins do século XIX, já se falava na instalação de um sistema eficiente, que se tratava da iluminação elétrica. As negociações para a instalação dos serviços de energia elétrica na capital começaram quando os então Presidentes da Província em 1895 e 1898, respectivamente, Álvaro Lopes Machado e Gama e Melo, assinaram contratos com particulares na intenção de instalar serviços de energia elétrica na cidade da Parahyba. No entanto, Paes comenta que “os dois contratos não foram cumpridos, acabaram prescrevendo de acordo com os decretos 288 de 15/02/1906 e 289 de 17/02/1906 respectivamente”.<sup>15</sup> Segundo Chagas, “a implementação de um sistema de luz elétrica aproximaria a Parahyba a condição de modernidade e garantiria às classes dominantes a certeza dos novos hábitos”.<sup>16</sup> Estes estariam relacionados à possibilidade de uma vida noturna mais dinâmica.

Como já mencionamos, a implantação da iluminação pública provocou alterações no cotidiano da população das cidades brasileiras. No caso da Cidade da Parahyba não foi diferente à medida que “clareou” as noites da cidade, possibilitando

---

<sup>14</sup> Relatório dos presidentes da província da Parahyba, 01 de agosto de 1886.

<sup>15</sup> PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do Azeite de Mamona à Eletricidade Anotações para uma História da Energia Elétrica na Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: Rivaisa, 1994.

<sup>16</sup> CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

maiores interações noturnas. Durante o século XIX, este sistema mesmo que se mostrando ineficiente como foi exposto, também provocou mudanças, principalmente a partir do final deste século e culminando no século XX com a implantação da iluminação elétrica que “[...] promoveu a instalação e manutenção dos novos equipamentos urbanos, a exemplo das praças e jardins públicos, dotados das condições de uso e de poderem ser freqüentados nas noites de qualquer época”.<sup>17</sup>

As transformações verificadas na Cidade da Parahyba a partir da iluminação pública foram principalmente em relação ao prolongamento da noite, que não se limitaria mais ao badalar dos sinos da igreja as vinte uma horas, como já mencionamos. Também possibilitou o lazer e a maior segurança durante o período noturno. Como se observa na foto.



**Figura 02** – Antiga Rua Direita, atual Duque de Caxias, vista da direção sul para norte, vendo-se os trilhos dos bondes de tração animal, foto de 1904.

**Fonte:** RODRIGUES, Walfredo. **2 séculos da Cidade** – Passeio Retrospectivo (1870-1930). João Pessoa: Gráfica da Interplan, s/d.

<sup>17</sup> CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

Estas alterações foram tão profundas e podem ser constatada a partir da análise documental que demonstra a necessidade dos habitantes desta cidade na implantação de um sistema eficiente, que no início do século XX, tratava-se da iluminação a partir da energia elétrica.

Começou-se a falar desse sistema de iluminação pública a partir da energia elétrica desde fins do século XIX, como já foi apontado. No início do século XX, mais especificamente em 1907, o Presidente Walfredo Leal mostrava interesse em modernizar o serviço de iluminação pública, que substituiria o gás pela eletricidade com um maior número de ruas e pessoas atendidas. Exemplificamos esse fato através do seguinte documento:

Por Decreto nº. 350 de 6 de novembro de 1907 ano findo, autorizei os engenheiros ingleses Edward Johnson e G. Robert Jones a levantarem, nas praças europeias, os capitais para tão útil e notável empreendimento.

Há poucos dias, estiveram eles aqui e me apresentaram sua proposta para a consecução definitiva das obras, proposta que submeti ao estudo e juízo de profissionais, cujos pareceres aguardo como precioso elemento de melhor resolver-se tão momentoso e importante assunto.

Além desta proposta me foi apresentado uma outra sobre as mesmas pelo Engenheiro Francisco Cavalcante Barreto, representante de um sindicato inglês de serviços no Brasil, proposta que será, da mesma forma, sujeita à crítica dos competentes e confrontada com a primeira, a fim de entrar em competência, resolvida, afinal, com justiça e critério a preferência entre as duas, ou a rejeição de ambas, se assim convier melhor os interesses do Estado.

Nesta última hipótese, será aberta nova concorrência, convocadas por editais, contanto que seja contratado esse serviço com todas condições de garantia para a pronta realização de tais melhoramento ao lado do acautelamento devido aos altos interesses do Estado.<sup>18</sup>

Percebe-se que o governo estadual, como também o municipal, não apresentava condições financeiras que pudessem viabilizar a implantação do novo equipamento que trazia junto o desejo de modernidade. Isso fica comprovado, pois os engenheiros citados na mensagem enviaram um projeto de iluminação elétrica para a capital, porém não foi possível colocá-lo em prática pela inviabilidade financeira do Estado. Este agora recorria à iniciativa privada para conseguir realizar o sonho de obter a energia elétrica, demonstrando que sem a “parceria” com a iniciativa privada naquele momento, dificilmente o serviço de energia elétrica se concretizaria.

---

<sup>18</sup> Documento não especificado, 06 de novembro de 1907. (Arquivo da Assembléia Legislativa)

Faziam-se recomendações ao governo para que agisse de forma cautelosa, recomendando a contratação da Empresa Tração da Paraíba do Norte. Em outubro de 1909 é lançada a Lei nº 320, que no art. 3º parágrafo 9º autorizava a Assembléia Legislativa ao Presidente do estado a “promover a execução dos serviços de viação, canalização d’água, esgoto e iluminação desta capital pelos meios que julgar convenientes aos interesses do Estado, podendo realizar qualquer operação de crédito a importância necessária a efetividade dos respectivos serviços”.<sup>19</sup>

Deste modo, no dia 04 de outubro de 1910, o governador João Lopes Machado contratou o serviço de iluminação e viação urbana pelo sistema elétrico com os engenheiros paulistas Alberto San Juan, Thiago Vieira e Júlio Bandeira Vilela, proprietários da empresa Tração Luz e Força da Parahyba do Norte. O contrato estabelecia que o financiamento para implantação do serviço de iluminação e tração elétrica seria dividido entre a empresa e o Estado. Aquela se constituía como paraibana, porém seus proprietários moravam em São Paulo, sendo necessário a busca e a contratação de um administrador, que seria o representante legal junto ao governo.

Em 1911, a capital do estado recebia a primeira remessa de postes para a iluminação elétrica. A Usina de Luz Elétrica a partir do dia primeiro de dezembro passou a funcionar na Rua Tambiá. Assim no dia 14 de março de 1912 era inaugurado o serviço de iluminação pública na cidade da Parahyba (atual João Pessoa), com 500 lâmpadas de 32 velas cada, que eram alimentadas por um gerador de 420 Kva e acionado por uma caldeira a vapor alimentada por toras de madeira.

No entanto, a euforia com a instalação do serviço de iluminação pública por energia elétrica não se traduziu em privilégio para toda cidade, pois a maior parte permaneceu na escuridão. Inicialmente a luz elétrica se concentrou nas principais ruas da Cidade Alta e Cidade Baixa, onde havia uma maior concentração de habitantes com maior poder aquisitivo, o que evidencia o caráter excludente deste sistema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental mostrou que a implantação dos serviços de iluminação pública na Cidade da Parahyba foi bastante precária durante todo século XIX e início do século XX. Os documentos revelam uma constante preocupação com a iluminação da

---

<sup>19</sup> Lei nº. 320/1909. (Arquivo da Assembléia Legislativa).

cidade, mas também a não operacionalidade dos poucos equipamentos instalados, principalmente até a metade do século XIX.

Além disso, constatou-se que algumas tentativas para a contratação dos serviços de iluminação não foram bem sucedidas. A evidência desse fato foi sua suspensão em alguns momentos. Aponta-se também para o caráter desigual que esse serviço apresentou à medida que privilegiava pequena fração da população e somente as principais ruas da cidade eram beneficiadas por este serviço. Porém, mesmo ineficiente, a iluminação pública no período analisado, provocou alterações no cotidiano da população que passa a ter uma vida noturna pouco mais dinâmica. As noções de descontinuidades, de desigualdades, de temporalidades desiguais estão diretamente ligadas à análise do processo de implantação da iluminação na cidade.

A partir da implantação desse serviço, principalmente no início do século XX, quando é implantada a iluminação pública através da energia elétrica, a população passa a apresentar hábitos noturnos mais acentuados, frequentar praças, festas, sentir-se mais seguras e por sua vez dar um outro uso às ruas da cidade. A partir de então as ruas ganham vida durante a noite, muda a sua forma, mas também o seu uso e a sua dinâmica.

